manchete

Diário Notícias	Periodicidade: Semanal
	Classe: Informação Geral
11-11-2022	Âmbito: Nacional
	Pagina(s): 1,8

Revisão da Constituição

PS mexe nas Regiões Autónomas e nos poderes presidenciais, PSD quer PR em mandato único

PÁG. 8

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

manchete

Diário Notícias

11-11-2022

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Pagina(s): 1,8

ANTÓNIO PEDRO SANTOS/LUSA

Luís Montenegro (PSD) com António Costa (PS). Nenhuma revisão da Constituição se fez sem um acordo entre os dois partido.

Constituição. PS quer não uma, mas duas revisões. PSD "encolhe" PR

PARLAMENTO PS vai a jogo na revisão da Lei Fundamental e é acusado pelo Bloco de Esquerda de andar "a reboque" do Chega para esconder o facto de estar "afogado em escândalos".

TEXTO **JOÃO PEDRO HENRIQUES e PAULA SÁ**

O prazo para entrega dos projetos termina hoje mas o PS não quer uma revisão constitucional, mas sim duas – esta que se vai iniciar agora e uma outra, extraordinária, posterior. Para já, os socialistas querem, designadamente – mas não só –, resolver problemas que o Presidente da República tem levantado relativos à conformidade constitucional que permitirá a aprovação de uma nova Lei da Emergência Sanitária e de uma nova Lei dos Metadados (a primeira versão foi chumbada no Tribunal Constitucional). Depois, mais tarde, irão tentar, caso o PSD vá a jogo, uma revisão extraordinária para resolver questões relativas às regiões autónomas, que atualmente estarão a ser discutidas nos parlamentos dos Açores e da Madeira.

Ontem à noite, a Comissão Política Nacional do PS e o Conselho Nacional do PSD reuniram para discutir e fechar os projetos de revisão constitucional que hoje irão entregar. Dos dois pouco se sabia à hora do fecho desta edição. Além da questão da emergência sanitária (regras sobre prerrogativas do Estado a decretar privações de liberdade por razões médicas) e dos metadados (regras para o acesso da justiça a dados pessoais como as faturações detalhadas de telemóveis ou dados de geolocalização), o PS tenciona fazer uma "atualização de direitos" em questões relacionadas com identidade de género, direitos digitais e da proteção animal. Ou seja: um projeto que não é macro nem é micro – um projeto "enxuto", no dizer, ao DN, de um dirigente do partido.

Já o projeto do PSD irá prever, entre cerca de 40 propostas, um mandato único para o Presidente da República (sete anos, em vez de dois de cinco), a redução do número de deputados para um mínimo de 181 e um máximo de 215 (são 230).

Afirma também que uma das incumbências do Estado deverá ser a de garantir o "acesso universal e gratuito a creches e à educação pré-escolar e ao ensino secundário (este também obrigatório)". Já o direito à saúde será realizado com "a complementaridade com os serviços privados e social de saúde", o que será um novo preceito.

> Luís Montenegro a braços com "pequena intriga" acerca de deputados insatisfeitos por não terem sido tidos nem achados no projeto do PSD.

Votar aos 16 anos?

Uma das propostas que o PSD apresentará é a de baixar de 18 para 16 anos a idade mínima para se poder votar. Pelo menos o PAN irá também propor o mesmo – mas o PS não, pelo que, a não ser que os socialistas mudem de ideias, não se vislumbra a base mínima de acordo que viabilize a ideia.

No capítulo das normas eleitorais, o PAN irá propor também que o método de contabilização dos mandatos parlamentares deixe de ser o de Hondt e passe a ser o de método de Sainte-Laguë, que favorece menos os grandes partidos. Outra proposta, relativamente às regras eleitorais, provirá do Livre. Rui Tavares irá propor que aos vários círculos distritais (e regionais e da emigração) se some um círculo nacional de compensação (que elegerá um X número de deputados e no qual serão depositados todos os votos de todos os partidos que nos outros círculos não elegem ninguém – método de resto já usado nas eleições para o parlamento regional dos Açores).

O Livre quer também que se estabeleça o voto eletrónico para os emigrantes portugueses e ainda consagrar constitucionalmente direitos como o direito ao esquecimento digital, à alimentação e nutrição adequada, à formação e qualificação ao longo da vida e ainda o direito ao descanso e lazer.

O processo de revisão constitucional foi desencadeado pelo Chega – único partido que tinha ontem um projeto formalmente entregue. Quanto aos partidos que apresentarão projeto, só há dúvidas sobre o PCP e o BE. Catarina Martins acusou os socialistas de, "afogados em escândalos", andarem a "reboque" do Chega, numa "manobra de desvio de atenções" também em relação ao Orçamento do Estado para 2023.

> *"Eu não tive problemas de consciência quanto ao regime do estado de emergência, mas esperemos que não haja mais pandemias. Mas, se houver, é bom ter tudo certinho porque o estado de emergência foi adaptado para uma emergência, não foi pensado para isso."*

> *"O Presidente da República não 'risca nada' em revisões constitucionais. Pode é ter a vida facilitada em algumas matérias. É o caso dos metadados, para não estar a promulgar diplomas que depois chegam ao Tribunal e chocam com a jurisprudência do Tribunal Constitucional."*
>
> **Marcelo Rebelo de Sousa**
> *Presidente da República*

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.